

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Cai pela metade número de pobres com insegurança alimentar grave, aponta IBGE

26/11/2010

O levantamento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgado pelo IBGE aponta que, de 2004 a 2009, o número de pessoas extremamente pobres em situação de insegurança alimentar grave caiu de 8,4 milhões para 4,4 milhões

No conjunto de brasileiros em situação de extrema pobreza, com renda de até um quarto do salário mínimo, foi identificada a maior redução, em números absolutos, da insegurança alimentar grave. De 2004 para 2009, caiu de 8,4 milhões para 4,4 milhões o quantitativo de pessoas com a mais baixa renda neste quadro, uma redução de 48%.

A diminuição foi constatada no levantamento sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (26). É a segunda vez que a instituição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), faz esse trabalho. Ao entrevistar as pessoas, a Pnad afere a percepção delas em relação à segurança alimentar. Os dados permitem fazer uma comparação da situação alimentar dos brasileiros entre 2004 e 2009 e monitorar a eficácia das ações de combate à fome, que é uma prioridade do Governo.

De acordo com a pesquisa, é possível verificar que o número de extremamente pobres no quadro geral de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave) diminuiu de 27,2 milhões para 14,3 milhões de pessoas, uma queda de 47%. Essa mudança também pode ser explicada pelo contingente de pessoas que deixaram a mais baixa faixa de renda nos últimos cinco anos.

O secretário executivo do MDS, Rômulo Paes, presente à divulgação, destaca que a pesquisa apresenta uma evolução positiva geral para o País, com ênfase nos mais pobres. "Os ganhos foram mais substantivos para os com maior vulnerabilidade. O resultado mostra o acerto no foco dos programas sociais. O volume de investimento continua justificável para manter o grau alcançado e avançar mais junto às populações que ainda precisam", enfatizou.

Essa pesquisa leva em conta a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). São quatro níveis: insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos entre as crianças. Caracteriza a fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos); insegurança alimentar moderada: redução quantitativa de alimentos entre os adultos; insegurança alimentar leve: incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e uso de alimentos de qualidade inadequada para não comprometer a quantidade; segurança alimentar: acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

Redução da desigualdade – No conjunto da população, independentemente da renda, mais 17 milhões de pessoas passaram a se enquadrar no nível de segurança alimentar (de 109 milhões para 126 milhões). Esse aumento foi registrado em todas as regiões, em especial no Nordeste, e nas áreas rurais e urbanas. No Norte e no Nordeste, também foi identificado um maior aumento no número de famílias com crianças e adolescentes que passaram a se enquadrar no nível de segurança alimentar.

A pesquisa foi aplicada em 154 mil residências, que englobam 400 mil pessoas em 851 municípios. Foram feitas 14 perguntas, elas “nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos?”.

No País, no ano passado, 40,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar leve, 14,2 milhões no nível moderado e 11,1 milhões no considerado grave. Pela comparação com os dados de 2004, é possível perceber que os casos graves e moderados migraram para a classificação leve, pois diminuiu a quantidade de brasileiros nos dois patamares inferiores e aumentou no intermediário e no primeiro nível.

A pesquisa revelou ainda uma redução da desigualdade em relação à segurança alimentar. Enquanto, na área urbana, esse nível teve uma melhora de 5 pontos percentuais, na zona rural, foi de 10 pontos percentuais. A mesma constatação é em relação à situação de brancos em comparação com pretos e pardos, o segmento com o maior avanço. A Pnad conclui ainda que a escolaridade está diretamente ligada à segurança alimentar.

“Como há uma relação muito grande entre pobreza e segurança alimentar, podemos atribuir ao Bolsa Família uma grande ajuda no combate à desnutrição. Justamente as populações mais pobres, população negra, parda, mulheres, moradores das regiões Norte e Nordeste, que

historicamente apresentaram condições desfavoráveis, foram as que apresentaram os melhores resultados”, argumenta Rômulo Paes. “Se nós compararmos o Brasil com países que têm economias semelhantes à nossa e grande investimento em política social, como é o caso do México, nossa situação é muito mais favorável”, acrescenta.

O diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) Francisco Menezes destacou que os resultados da pesquisa mostram que o Bolsa Família está bem focalizado. Durante a divulgação da Pnad, ele, que também faz parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), defendeu um aumento no valor do benefício do programa e disse que vê com muita esperança a questão da erradicação da miséria que está sendo colocada pela presidente eleita, Dilma Roussef.